# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná

CNPJ: 95.642.286/0001-15



PUBLICADO EM 11/12/2015
EDIÇÃO Nº 12.796
PÁGINA Nº 35


**LEI Nº 873/2015**

**SÚMULA** – Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo e dá outras providencias.

***A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** - OS Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 integrantes da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de Dezembro de 2015.

**PEDRO VICENTIN**
Prefeito Municipal

# Município de Astorga

Estado do Paraná

## LEI Nº 2.787/2015

**SÚMULA:** **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município de Astorga para o exercício financeiro de 2016, no valor de R$ 60.799.200,00(Sessenta milhões, setecentos e noventa e nove mil e duzentos reais), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo - Administração Direta e Administração Indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

II - o Orçamento Geral do Município, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo;

III - as disposições finais.

### CAPÍTULO I

*DO ORÇAMENTO FISCAL*

SEÇÃO I
*DA RECEITA TOTAL*

**Art. 2º** Na estimativa da receita prevista no Orçamento de que trata esta lei foram consideradas as renúncias fiscais estabelecidas no Demonstrativo da Estimativa de Renúncia de Receitas, constante da Lei Municipal nº 2.728/2015, de 02 de julho de 2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2016.

**Art. 3º** A Receita será realizada mediante a arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

**RECEITA DO PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

Em R$

| RECURSOS PRÓPRIOS | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Receita Tributária | 6.109.917,00 | 0,00 | 6.109.917,00 |
| Receita de Contribuições | 2.776.000,00 | 0,00 | 2.776.000,00 |
| Receita Patrimonial | 2.459.200,00 | 0,00 | 2.459.200,00 |
| Receita Industrial | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Receita de Serviços | 126.000,00 | 0,00 | 126.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 1.446.100,00 | 0,00 | 1.446.100,00 |
| Receitas Intraorçamentárias | 3.330.000,00 | 0,00 | 3.330.000,00 |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 489.000,00 | 489.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS TRANSFERIDOS | | | |
| Transferências Correntes | 52.047.983,00 | 0,00 | 52.047.983,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| (-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descontos e Deduções da Receita | (-)8.086.000,00 | 0,00 | (-)8.086.000,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 60.210.200,00 | 589.000,00 | 60.799.200,00 |

SEÇÃO II

DA DESPESA TOTAL

**Art. 4º** A Despesa será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

PODER LEGISLATIVO

Em R$

| CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA | CORRENTE | CAPITAL | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.695.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.695.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 395.000,00 | 0,00 | 0,00 | 395.000,00 |
| Investimentos | 0,00 | 110.000,00 | 0,00 | 110.000,00 |
| TOTAL | 2.090.000,00 | 110.000,00 | 0,00 | 2.200.000,00 |

PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Em R$

| PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA | CORRENTE | CAPITAL | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais | 26.944.750,00 | 0,00 | 0,00 | 26.944.750,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 303.000,00 | 0,00 | 0,00 | 303.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 20.701.100,00 | 0,00 | 0,00 | 20.701.100,00 |
| Investimentos | 0,00 | 1.090.150,00 | 0,00 | 1.090.150,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 506.000,00 | 0,00 | 506.000,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 882.000,00 | 0,00 | 882.000,00 |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 | 525.000,00 | 525.000,00 |
| TOTAL | 47.948.850,00 | 2.478.150,00 | 525.000,00 | 50.952.000,00 |

PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Em R$

| CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - PREVISA | CORRENTE | CAPITAL | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais | 3.784.600,00 | 0,00 | 0,00 | 3.784.600,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 945.600,00 | 0,00 | 0,00 | 945.600,00 |
| Investimentos | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| SUBTOTAL | 4.730.200,00 | 1.000,00 | 0,00 | 4.731.200,00 |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA | CORRENTE | CAPITAL | RESERVA ORÇAMENTÁRIA | TOTAL |
| Reserva Orçamentária | 0,00 | 0,00 | 2.916.000,00 | 2.916.000,00 |
| SUBTOTAL | 0,00 | 0,00 | 2.916.000,00 | 2.916.000,00 |
| TOTAL | 4.730.200,00 | 1.000,00 | 2.916.000,00 | 7.647.200,00 |

DESPESA CONSOLIDADA
PODER LEGISLATIVO E
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Em R$

| PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA | CORRENTE | CAPITAL | RESERVAS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais | 32.424.350,00 | 0,00 | 0,00 | 32.424.350,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 303.000,00 | 0,00 | 0,00 | 303.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 22.041.700,00 | 0,00 | 0,00 | 22.041.700,00 |
| Investimentos | 0,00 | 1.201.150,00 | 0,00 | 1.201.150,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 506.000,00 | 0,00 | 506.000,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 882.000,00 | 0,00 | 882.000,00 |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 | 3.441.000,00 | 3.441.000,00 |
| TOTAL | 54.769.050,00 | 2.589.150,00 | 3.441.000,00 | 60.799.200,00 |

### CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 5º** O Orçamento Geral do Município compreende o Poder Legislativo e o Poder Executivo e estão assim discriminados:

Em R$

| ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO | RECEITA | DESPESA |
|---|---|---|
| Poder Legislativo | | |
| Câmara de Vereadores do Município de Astorga | 0,00 | 2.200.000,00 |
| Poder Executivo | | |
| Administração Direta | 53.392.000,00 | 50.952.000,00 |
| Administração Indireta | 7.407.200,00 | 7.647.200,00 |
| Total | 60.799.200,00 | 60.799.200,00 |

SEÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 6º** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta e, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a vinte por cento do valor geral do orçamento fixado para cada Poder e ou Entidades, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso I do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos.

**§ 1º** Entende-se por Superávit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2015.

**§ 2º** Ficam excluídos do limite fixado no art. 6º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Art. 8º** Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso II do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

**§ 1º** Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos de convênios não previstos na Lei Orçamentária de 2015 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2015 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

**§ 2º** Ficam excluídos do limite fixado no art. 6º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, na Instrução nº 233/2008 - DCM e no Acórdão nº 768/08 - Tribunal Pleno, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transposição / Remanejamento / Transferência até o limite de vinte por cento, por modalidade de alteração, do total da despesa fixada para cada Poder.

**§ 1º.** Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão e mesma categoria econômica da despesa.

**§ 2º.** Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, independente da categoria econômica da despesa.

Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão e mesmo programa de trabalho.

**Art. 10.** Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as modalidades de aplicação constantes da Lei Orçamentária de 2015 até o limite de dez por cento do total da despesa fixada para cada Poder.

**Parágrafo Único.** Ficam excluídos do limite fixado no art. 6º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Art. 11.** Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso IV, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Suplementar, com recursos de operação de crédito.

### CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12.** Fica o Poder executivo autorizado a proceder à criação de fontes de recursos, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, utilizando como recursos os constantes do artigo 43, § 1º e incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 13.** A fim de manter atualizados os custos orçamentários de projetos e atividades, fica o poder executivo autorizado a proceder a compensação entre as fontes de recursos que custeiam os programas de trabalho, quando a arrecadação ocorra de modo diferente da previsão.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 15.** As despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, serão realizadas no mínimo em 25% (vinte e cinco por cento) das receitas oriundas de impostos e transferências constitucionais do Estado e da União, de acordo com o artigo 212, da Constituição Federal do Brasil e respeitada a Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e a Emenda Constitucional nº 14/96.

**Art. 16.** As despesas na área da saúde serão realizadas no mínimo em 15% (quinze por cento) das receitas, nos termos da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

**Art. 17.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, amparadas por legislação municipal.

**Parágrafo único.** Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e o art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

**Art. 18.** Terão prioridades na programação da receita total do Município:

I - o custeio administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II - o pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III - a contrapartida de convênios e operações de créditos;

IV - a garantia do cumprimento dos princípios constitucionais.

**Parágrafo Único.** A programação de recursos para atender novos investimentos só poderá ser incluída após atender as prioridades constantes dos incisos I a IV deste artigo.

**Art. 19.** O Orçamento do Município poderá ser corrigido de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que é regulado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 20.** O orçamento analítico de despesa da Câmara de Vereadores do Município de Astorga será baixado por ato próprio de sua Mesa Executiva.

**Art. 21.** Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês de janeiro do ano 2016(dois mil e dezesseis), revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 2015 (dois mil e quinze).

**ARQUIMEDES ZIROLDO**
*Prefeito Municipal*

**MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA**
*Secretário Municipal de Administração e Finanças*

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

## LEI Nº 871/2015

**SÚMULA** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício de 2015. Na forma que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE,

**L E I**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Exercício de 2015 (Lei Municipal 801/2014 de 16/12/2014), um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 164.275,68 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos), destinado ao reforço da seguinte dotação:

**Suplementações:**

02.000.00.000.0000.0.000. PODER EXECUTIVO
02.004.00.000.0000.0.000. CONTROLADORIA INTERNA
02.004.04.124.0002.2.074. MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

9 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.283,00
10 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.216,00

03.000.00.000.0000.0.000. ASSESSORIA JURIDICA
03.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO ASSESSOR JURIDICO
03.001.02.062.0002.2.004. MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

21 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 164,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
05.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE LICITACOES, COMPRAS E PATRIMONIO
05.002.04.122.0002.2.009. MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE LICITAÇÃO

45 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.500,00

05.003.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS
05.003.04.122.0002.2.010. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO, SELECÃO E CONTROLE DO PESSOAL

52 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.630,00

05.004.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE SERVICOS GERAIS
05.004.04.122.0002.2.013. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

61 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 24.000,00
74 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 1.800,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE FINANCAS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE TESOURARIA
06.002.04.129.0002.2.017. MANUTENÇAO DO SERVIÇO DE TESOURARIA

94 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 6.680,00
98 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00

06.002.28.846.0012.2.012. CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

103 - 3.3.90.47.00.00 01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 8.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAUDE
07.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGULO
07.003.10.301.0009.2.035. DE MANUTENCAO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS SAUDE - ACS

142 - 3.1.91.13.00.00 01495 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 230,00

07.003.10.302.0009.2.023. ÂNGULO MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

163 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.600,00
164 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 76.000,00
167 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.040,00
168 - 3.1.91.13.00.00 01303 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.350,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SERVICO SOCIAL
08.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE SERVICO SOCIAL
08.002.08.243.0010.2.028. MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES

241 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.500,00
242 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 2.100,00

08.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ANGULO
08.003.08.244.0010.2.031. MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE SERVICOS SOCIAIS

253 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 400,00

08.003.08.244.0010.2.070. MANUTENÇÃO DO CRAS

280 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 945,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCACAO
09.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE ANGULO
09.003.12.361.0011.2.040. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

344 - 3.1.90.11.00.00 01103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 500,00
345 - 3.1.91.13.00.00 01103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 340,00

09.003.12.365.0011.2.041. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO

362 - 3.1.90.11.00.00 01103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.600,00
364 - 3.1.91.13.00.00 01103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.100,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE CULTURA
10.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA
10.001.04.122.0017.2.049. MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE CULTURA

394 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 120,00

10.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE CULTURA
10.002.13.392.0017.2.086. MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ

416 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.767,68

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBANOS
11.003.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE SERVICOS GERAIS
11.003.15.451.0008.2.059. MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

451 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 770,00
453 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 170,00

11.003.15.452.0008.2.056. MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
463 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 470,00
12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
12.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA E PECUARIA
12.001.04.122.0002.2.062. AGRICULTURA E PECUÁRIA MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE

508 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 2.700,00
509 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 900,00
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE AGRICULTURA E PECUARIA
12.002.20.608.0003.2.066. MANUTENÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL

535 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 400,00

**Total: 164.275,68**

**Art. 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recursos o cancelamento de dotação orçamentária, conforme discriminado abaixo de acordo com a o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal Nº 4.320/64.

**Redução:**

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAUDE
07.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGULO
07.003.10.301.0009.2.035. DE SAUDE - ACS MANUTENCAO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS

141 - 3.1.90.13.00.00 01495 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 230,00

07.003.10.302.0009.2.022. MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE SAUDE

162 - 4.4.90.52.00.00 01303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.092,00

07.003.10.302.0009.2.023. ÂNGULO MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

166 - 3.1.90.13.00.00 01303 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 20.000,00
170 - 3.3.90.14.00.00 01303 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 3.948,00
175 - 3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO 2.370,73
184 - 3.3.90.33.00.00 01303 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 5.000,00
186 - 3.3.90.34.00.00 01303 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 1.178,27
188 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 38.000,00
197 - 3.3.90.46.00.00 01303 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 5.000,00
199 - 4.4.90.52.00.00 01303 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4.761,00

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCACAO
09.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE ANGULO
09.003.12.361.0011.2.038. MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

320 - 3.1.91.13.00.00 01103 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.540,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBANOS
11.003.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE SERVICOS GERAIS
11.003.15.452.0008.2.057. MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

466 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 744,68
470 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 600,00

11.004.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE SERVICOS RODOVIARIOS MUNICIPAL
11.004.15.452.0002.2.061. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

495 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.867,00
505 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 2.900,00

12.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
12.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE AGRICULTURA E PECUARIA
12.002.20.608.0003.2.065. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PECUÁRIOS NO MUNICIPIO

526 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00
527 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.587,00
528 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
529 - 3.3.90.14.00.00 01000 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 1.270,00
532 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 840,00

12.002.20.608.0003.2.066. MANUTENÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL

534 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.000,00
536 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 4.000,00
540 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 1.846,00

16.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ESPORTES
16.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO DE ESPORTES
16.001.27.122.0004.2.095. MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

564 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 6.137,00

16.002.00.000.0000.0.000. DIVISAO DE ESPORTES
16.002.27.812.0004.2.051. MANUTENÇÃO DO ESPORTE MUNICIPAL

570 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 16.715,00
571 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.375,00
572 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.259,00

16.002.27.812.0004.2.052. MANUTENÇÃO DO GINASIO DE ESPORTES MUNICIPAL

579 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 8.600,00
580 - 3.1.90.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.400,00
581 - 3.1.91.13.00.00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 900,00
584 - 3.3.90.46.00.00 01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 3.115,00

**Total: 164.275,68**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO, AOS 08 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

PEDRO VICENTIN
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

## LEI Nº 872/2015

**SÚMULA** - Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar com vistas a atender as atividades do Executivo Municipal, através de Transposição de Dotações e Transferência de Categoria Econômica, no exercício de 2015. Na forma que especifica.

***A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Exercício de 2015 (Lei Municipal 801/2014 de 16/12/2014), um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais), destinado ao reforço da seguinte dotação:

**Suplementação:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 01.001.031.0001.2001 | MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL | | |
| 3.1.90.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 01000 | 10.000,00 |
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 01000 | 4.000,00 |

**Total: 14.000,00**

**Art. 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recursos o cancelamento de dotações orçamentárias, conforme discriminado abaixo de acordo com a o Artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal Nº 4.320/64.

**Redução:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 11.003.15.451.0008.2.059 | MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | | |
| 3.1.90.13.00.00 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 01000 | 1.058,00 |
| 11.003.15.452.0008.2056 | MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA | | |
| 3.1.90.11.00.00 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL | 01000 | 5.000,00 |
| 3.1.90.13.00.00 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 01000 | 2.009,00 |
| 3.3.90.46.00.00 | AUXILIO ALIMENTAÇÃO | 01000 | 5.933,00 |

**Total: 14.000,00**

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO, AOS 08 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.

PEDRO VICENTIN
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

## LEI Nº 873/2015

**SÚMULA** – Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo e dá outras providencias.

***A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** - OS Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 integrantes da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de Dezembro de 2015.

**PEDRO VICENTIN**
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

## LEI Nº 874/2015

**SÚMULA** – Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo e dá outras providencias.

***A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:***

**Art. 1º** - Os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Orçamentarias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de Dezembro de 2015.

**PEDRO VICENTIN**
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

**Fone/Fax: (44) 3256.1133**
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286/0001-15

## LEI Nº 870/2015

**Cria o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Ângulo.**

***A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:***

Art. 1° - Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Ângulo - CONSEP Ângulo, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas de Segurança de Ângulo, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade, e atuar na sua articulação e controle democrático.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3° - Compete ao CONSEP Ângulo:

I - conhecer, acompanhar e propor ajustes aos projetos e ações voltados à segurança pública na cidade, com vistas a priorizar a prevenção à violência;

II - representar a comunidade em suas demandas relacionadas às políticas públicas de segurança realizadas pelo município acompanhando e fiscalizando a execução das ações e dos serviços;

III - cooperar com ações e projetos desenvolvidos por órgãos públicos e/ou de organizações não governamentais, relativas à prevenção social à violência;

IV - propor aos órgãos de segurança pública medidas preventivas que tenham por escopo o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no município;

V - desenvolver, promover, estimular projetos estudos, debates e pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no município;

VI - estimular a co-responsabilidade comunitária, particular e empresarial, nas ações que visam à seg